



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pendas de H. Mello; PL – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

MENSAGEM Nº 075/93

Curitiba, 04 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional que visa acrescentar parágrafo ao artigo 27, daquela Carta.

O artigo 27, da vigente Constituição Estadual, promulgada em data de 5 de outubro de 1989, contém os mandamentos definidores da ação da administração pública de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, estabelecendo como princípios básicos da atividade pública, a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e, também, definindo e impondo a observância de outros princípios. Entre estes, o inciso II, do referido artigo 27, preceitua que "a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração". A transcrita norma constitucional imperativa é clara e de cunho indiscutivelmente moral e necessário, descabendo, portanto, qualquer reparo ao seu texto, mesmo porque é reprodução de dispositivo da Magna Carta da Nação (artigo 37, inciso II). Entretanto, entendo cabível e indispensável que a norma constitucional deverá ser complementada no citado artigo 27, com vistas a democratizar os concursos públicos, ensejando iguais oportunidades a todos, sem nenhuma possibilidade de haver qualquer tipo de discriminação ou de influência que possa gerar injustiças ou dúvidas nos resultados de tais concursos. É que, via de regra, nos concursos realizados para provimento de cargos públicos, mormente para os da Magistratura e do Ministério Público, vêm sendo adotadas as chamadas "provas orais".

A solução que proponho é de que essa augusta Casa aprove e promulgue Emenda do seguinte teor, acrescentando ao artigo 27, da Constituição Estadual, o abaixo parágrafo 11:

"Artigo único - O artigo 27, fica acrescido do § 11, com a seguinte redação:

§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos Três Poderes, inclusive da Magistratura e do Ministério Público, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório, ressalvada a prova didática para cargos do magistério."

Curitiba, segunda, em 08.11.93

A preocupação na busca de solução para regularizar a situação ora retratada, não é verificada apenas no Paraná, pois noticiava-se sua existência em outras áreas da administração pública, assertiva esta que poder-se-á confirmar pela leitura de comentários da lavra do Subprocurador-Geral da República, João Henrique Serra Azul, publicados na página "Direito e Justiça", do Correio Brasiliense de 25 de outubro de 1993, onde, entre tantas outras considerações, destacam-se:

"Veja-se, por exemplo, o artigo 37, 'caput', onde se inserem os princípios que a administração pública deve obedecer: os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade. Ora, a prova oral, tal como é feita nos concursos jurídicos, para o Ministério Público e para a Magistratura, é uma porta aberta para o arbítrio, para o nepotismo, para o preconceito ou mesmo para a perseguição pessoal ou política.

A prova oral colhida nesses concursos públicos é irrecorrível. A nota não é dada de público, na hora da prestação do exame, mas posteriormente, em sessão secreta, onde a Comissão escolhe quem deve passar. A prova não é grave, para possibilitar sua documentação, com cópia fonográfica para o candidato. Há possibilidade teórica de serem feitas perguntas de bolso para beneficiar ou prejudicar o candidato. Muitas vezes essa prova oral é feita antes ou depois de uma entrevista a portas fechadas com o candidato, que ali é ecolhido a dedo. Isto depois de já ter passado, enquanto desidentificado, nas provas escritas, às vezes nos melhores lugares. Nessa ocasião já passou no exame psicotécnico e nos exames médicos. A última etapa, portanto, é passar na simpatia do examinador, que aí sim, muitas vezes desvia a finalidade da prova oral, que é uma prova puramente intelectual, para dar vazão aos seus sentimentos humanos de amor e ódio, de preconceitos os mais diversos: pode não gostar da cor (branca, preta ou amarela), do candidato, da sua idade (velho ou moço), do sexo (feminino ou masculino), da raça, da filiação (é filho de amigo ou inimigo), da origem (sulista ou nordestina)... Com isto, lá se foi o objetivo fundamental da República Brasileira, inserto no artigo 3º da Lei Maior.

"Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - Prover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Diz, ainda o Subprocurador-Geral:

"...A prova oral é uma aberração que permite a livre violação de importantes princípios constitucionais e urge que se-

ja modificada para não ter poder eliminatório; no máximo pode ser classificatória, ainda permitindo a manipulação de vagas, o nepotismo e o desvio de finalidade."

Submeto, pois, à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a presente

proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado